

# Anáforas associativas baseadas em relações eventivas

(Associative anaphoras based on eventive relations)

Alex de Britto Rodrigues<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Mestre e Doutorando em Estudos Linguísticos pelo Departamento de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

britto4r@gmail.com

**Abstract:** This paper investigates the semantic proprieties presented in associative anaphora related to eventualities. Therefore, the theoretic scope consists of some elements which clarify this relation, such as: aspectual classes, verbal decomposition, participants of eventualities and qualia structure.

**Keywords:** associative anaphora; lexicon; eventualities.

**Resumo:** Este artigo visa a investigar as propriedades semânticas presentes nas anáforas associativas relacionadas a eventualidades. O quadro teórico seguido leva em consideração, portanto, alguns elementos que elucidam essa relação, tais como: classes aspectuais, decomposição verbal, participantes das eventualidades e estrutura qualia.

**Palavras-chave:** anáfora associativa; léxico; eventualidades.

## Introdução

Objetivamos nesta pesquisa analisar um subtipo das anáforas associativas (AAs), as relacionadas a propriedades de eventualidades, de modo a identificarmos os elementos que garantem as associações lexicais promovidas por esse fenômeno. Em outras palavras, buscamos elucidar o que garante, do ponto de vista semântico-lexical, a configuração dessas AAs. Antes de adentrarmos no percurso deste trabalho e esclarecermos como pretendemos chegar a tal objetivo, convém expor como entendemos o fenômeno a ser analisado.

As AAs são consideradas neste trabalho um subtipo das anáforas indiretas. Estas, sendo um fenômeno mais amplo, apresentam duas características: 1) seu referente é identificado por meio de informações presentes no contexto anterior, o que lhes garante a denominação de “anáforas”; 2) não possuem o mesmo referente de seu antecedente. Vejamos um exemplo de anáfora indireta:

(1) O casamento foi lindo. **Ela** estava radiante.

Nesse exemplo, como em uma anáfora direta, o referente da expressão anafórica “ela” é identificado em razão da instauração de um antecedente (“o casamento”). Porém, diferentemente de casos envolvendo anáforas diretas, as duas expressões não possuem a mesma referência, ou seja, não denotam a mesma coisa.

As AAs, sendo um fenômeno mais específico, são aquelas expressões que, por meio de *uma associação lexical* com um antecedente, garantem sua definitude, como no exemplo seguinte (traduzido de KLEIBER, 2001, p. 316):

(2) Uma velha senhora foi assassinada. **O homicida** não foi encontrado.<sup>1</sup>

Nesse exemplo, a expressão “o homicida” é definida em razão de sua relação com “assassinada”, ou seja, uma relação entre itens lexicais.

Ao afirmarmos que a expressão anafórica associativa é definida e estabelecida por meio de uma associação lexical, ancoramos nosso trabalho em uma perspectiva que se atém a questões semânticas (KLEIBER, 2001; KORZEN; BUCH-KROMANN, 2011) (há outras que tratam desse fenômeno, como a perspectiva mais ampla da linguística textual, mas que não abordaremos aqui). É essa perspectiva que guiará o desenvolvimento de nosso quadro teórico e a nossa análise.

## Quadro teórico

Com o objetivo de elucidar propriedades das AAs relacionadas a eventos (ou eventualidades), discutimos, primeiramente, o conceito “eventualidade” (derivado do conceito de “evento”), desenvolvido na filosofia da linguagem e trabalhado na semântica. Na sequência, levamos em conta discussões a respeito da relação entre o léxico e as eventualidades, o que envolve as propriedades dos predicados verbais, a participação dos argumentos dos predicados verbais nas eventualidades denotadas pelos verbos e o acionamento da estrutura *qualia* de alguns nomes quando uma eventualidade é implicada. À medida que esse quadro for exposto e explicado, algumas considerações a respeito das AAs são feitas para que o recorte teórico seja justificado e a análise de nosso *corpus* realizada na sequência seja delineada.

## Eventualidades e seus participantes

Uma das perspectivas que conduziram o desenvolvimento de uma semântica de eventos pós-Davidson<sup>2</sup> é a de Parsons (1990). Entre os componentes teóricos que o autor sistematiza, estão: a identificação de uma variável de evento para estados, colocando-os, com os eventos e as atividades, em uma classe maior, a das eventualidades; a identificação de propriedades das eventualidades, que as dividem em partes; e a consideração de participantes,<sup>3</sup> que recebem papéis temáticos de acordo com a função que desempenham nas eventualidades.

As ideias de Parsons a respeito dos dois primeiros componentes são desenvolvimentos das propostas de Vendler (2005[1967]) e Dowty (1979). Às classes vendlerianas (estados, processos, eventos *accomplishments* e eventos *achievements*), que são tipos de eventualidades denotadas pelos verbos, são adicionadas as ideias de culminância (Cul) e

1 No original : “Une vieille dame a été assassinée. **Le meurtier** n’a pas été retrouvé”.

2 O trabalho de Davidson (2001[1967]) é considerado a principal fonte do surgimento de uma semântica de eventos. A noção de “evento” então conhecida era a de um argumento verbal denotado por alguns tipos de verbos. Em perspectivas pós-Davidson, todos os verbos passaram a ser considerados, sendo não mais o conceito de “evento” mas, sim, o de “eventualidade” (mais amplo), estabelecido como um argumento denotado. De um modo simplificado, uma eventualidade é a denotação mais básica do verbo, é a “situação” implicada, o que pode envolver diferentes participantes.

3 É como iremos nos referir aos argumentos de um predicado verbal, pois eles são “participantes” de um evento.

*holding* (Hold). De modo resumido, podemos dizer que estados e processos são caracterizados por não terem culminância, apenas *holding*, ao contrário de eventos, que possuem culminância. Para nossos propósitos, é interessante considerarmos todas as quatro classes vendlerianas, mas as distinções entre elas só serão relevantes para nós na medida em que mostrarem a que a configuração das AAs é sensível. Vejamos um exemplo de anáfora associativa envolvendo cada classe para ilustrarmos esse ponto:

- (3) A cidade ficou deserta. **Os habitantes** viajaram no feriado. (habitar = estado).
- (4) Havia uma piscina enorme no ginásio. **Os nadadores** adoraram. (nadar = processo).
- (5) Esse livro é muito bom. **O escritor/o autor** merece os parabéns. (escrever = *accomplishment*).
- (6) A vitória foi merecida. **Os vencedores** ainda comemoram. (vencer = *achievement*).

Como podemos notar, as AAs podem ser baseadas em relações promovidas por qualquer uma das classes. Resta-nos investigar de que modo as propriedades e os elementos de tais classes contribuem para a configuração do fenômeno analisado, o que será realizado nas seções seguintes. Antes disso, estabeleceremos o limite entre as considerações de Parsons e Vendler, dentro do âmbito filosófico, e nossa abordagem, desenvolvida no âmbito de uma investigação lexical.

Ao tratar dos participantes das eventualidades, Parsons (1990, p. 72) se baseia na noção de papéis temáticos. Partindo de considerações de linguistas como Fillmore (2003[1968]), o autor entende um papel temático como o significado atribuído a um sintagma nominal em sua relação com um predicado verbal. Os papéis temáticos serão mais bem discutidos posteriormente. No momento, apenas constatamos que eles já foram, dentro do âmbito da filosofia (por PARSONS, 1990), relacionados a eventualidades, relação esta que manteremos.

Depois de esboçar considerações linguísticas sobre os papéis temáticos, Parsons passa a se ater ao seu objetivo central, estabelecer relações em uma ontologia, diferente do nosso. Depois de descrever alguns papéis, o autor comenta que “O que está faltando é como tudo isso é correlacionado com o domínio semântico – como os papéis se relacionam com o mundo” (PARSONS, 1990, p. 72, tradução nossa). Não nos interessa, portanto, o desenvolvimento da ideia do autor a partir disso.

Voltando às classes vendlerianas, também podemos estabelecer um limite entre uma perspectiva filosófica e a nossa. Parsons (1990, p. 34, tradução nossa) comenta que, ao classificarmos as eventualidades, “não é claro se a classificação é de coisas no mundo ou de partes da linguagem. Quando partes da linguagem estão sendo classificadas, às vezes verbos, às vezes VPs, e às vezes sentenças inteiras são então classificadas”.<sup>4</sup> Depois disso, por sua perspectiva ser filosófica, afirma que está preocupado em classificar, principalmente, coisas não linguísticas – eventualidades.

Sobre a que parte da linguagem as eventualidades correspondem, Vendler (2005, p. 22) diz, primeiramente, que as classes de eventualidades se relacionam a classes de verbos. Porém, o autor reconhece que uma eventualidade depende não apenas do verbo,

---

4 No original: “It is sometimes unclear whether the classification is meant to classify things in the world or pieces of language. When pieces of language are being classified, sometimes verbs, sometimes VPs, and sometimes whole sentences are so classified”.

mas também do contexto sintático. Entre os exemplos que o autor cita para ilustrar essa ressalva está “fumar”, uma atividade, e “pintar”, um *accomplishment*. Ambos os verbos podem ter uma leitura derivada de estado (VENDLER, 2005, p. 27), como em “ele fuma” e “ele pinta”, o que pressupõe uma categoria “original” desses verbos (atividade e *accomplishment*, respectivamente). Em suma, para Vendler, cada verbo corresponde a uma classe de eventualidade, mas a leitura dela pode ser alterada a depender do contexto sintático desse verbo.

É importante notar que, embora o autor não mencione o termo “léxico”, a noção de que o verbo relaciona-se, originalmente, a uma classe de eventualidade corresponde à noção de “aspecto lexical”, desenvolvida dentro da semântica lexical (cf. ROTHSTEIN, 2004). Por aspecto lexical entendemos o modo como as propriedades estruturais de uma eventualidade são lexicalizadas. Dentro dessa perspectiva, já fora do âmbito da filosofia e dentro do quadro teórico seguido diretamente por nós, o significado verbal pode passar por *shiftings*, operações em que o significado “original” do verbo incorpora uma nova estrutura, o que faz a classe verbal mudar (ROTHSTEIN, 2004, p. 34). Desse modo, traçamos a correspondência entre verbos e eventualidades.

### Decomposição verbal em primitivos

A caracterização das classes aspectuais foi sugerida por Dowty (1979) por meio dos operadores DO, CAUSE e BECOME, a serem explicados a seguir. Para o autor, a classe dos *accomplishments* se caracteriza por apresentar duas partes, uma em que há o operador CAUSE, e outra em que há o operador BECOME. Vejamos o exemplo em (7) e sua representação em (8):

(7) Maria quebrou o vaso.

(8) [[Maria fez algo] CAUSE [BECOME [o vaso quebrado]]].

O operador BECOME corresponde à parte do evento que contém uma mudança de estado, que, no caso de 7, é a mudança de não quebrado para quebrado. Já o operador CAUSE corresponde à parte do evento que contém um agente causador da mudança de estado em que BECOME opera.

Em *achievements*, não há um agente causador; portanto, na representação proposta por Dowty, não há o operador CAUSE. Há apenas o operador BECOME, como em (9), representado em (10):

(9) O vaso quebrou.

(10) BECOME [o vaso quebrado].

O operador BECOME captura a semelhança entre (7) e (10), correspondente à mudança de estado de um participante no evento.

O operador DO é o que distingue atividades de estados. Ambos os tipos de eventualidades não apresentam mudança de estado, ou seja, não têm em suas representações o operador BECOME. Além disso, Dowty não comenta sobre a possibilidade de haver CAUSE, pois esse operador só aparece exemplificado em construções *causativas* em que

há uma mudança de estado (BECOME) *causada*. O fator semântico com que DO contribui é a presença de controle pelo agente, controle este normalmente chamado, de modo não preciso, de “volição”/“intenção”<sup>5</sup> (cf. DOWTY, 1979, p. 114, 118). A classe aspectual representada apenas com o operador DO, a das atividades, possui um agente controlador, ao passo que a classe dos estados, sendo a mais primitiva, não possui nenhum desses operadores em sua representação. Vejamos alguns exemplos de atividades e estados citados por Dowty:

- (11) John beijou Maria.<sup>6</sup> (DOWTY, 1979, p. 115) = atividade.
- (12) John está sendo educado.<sup>7</sup> (DOWTY, 1979, p. 114) = atividade (com a leitura intencional, sem a leitura de voz passiva possibilitada em português).
- (13) John é educado.<sup>8</sup> (DOWTY, 1979, p. 115) = estado.

O evento descrito em (11) não apresenta problemas em ser descrito como uma atividade, conforme o autor. No entanto, (12) e (13) recebem classificações diferentes, mesmo contendo o mesmo predicado “ser educado”. O que torna (12) uma atividade é o controle do agente, ou seja, é possível estar propositadamente em um estado, sendo DO lexicalizado como “ser” (cf. DOWTY, 1979, p. 115). Segundo o autor, é o gerúndio que permite essa lexicalização. No entanto, consideramos que (12) se trata de um caso de *shifting*, sendo o verbo “ser” classificado, originalmente, como estado, isto é, sem DO. Esse verbo, então, em razão do processo de *shifting*, passa a incorporar esse operador.

A proposta de Dowty é mais adequada ao nosso objetivo do que outras que, em vez de propor uma decomposição em primitivos, estabelecem uma estrutura eventiva, como a sugerida por Pustejovsky (1996). Esse tipo de estrutura permite que visualizemos a relevância das partes e de algumas propriedades dos eventos não apenas como primitivos, mas como elementos estruturados. Porém, não tira o mérito de decomposições como a sugerida por Dowty, pois essa decomposição, ao estabelecer primitivos, revela características não apreensíveis diretamente em uma estrutura como a de Pustejovsky (1996). Por exemplo, agentividade é uma propriedade que Pustejovsky (1996) não considera relevante para determinar tais estruturas, mas ela está presente na proposta de Dowty, e, como será visto, essa propriedade pode ser justificada por estar relacionada diretamente na configuração de algumas AAs.

## Estrutura qualia

A estrutura *qualia*, conforme proposta de Pustejovsky (1996), é o que dá força relacional aos itens lexicais. Corresponde a informações que promovem restrições de uso e que são selecionadas conforme o contexto sintático ou semântico. Essa estrutura é composta por quatro aspectos (ou papéis) do significado:

---

5 Lembremos que a noção de “volição” como um componente de alguns tipos de eventos já havia sido apontada por Davidson, conforme vimos anteriormente.

6 No original: “John kissed Mary”.

7 No original: “John is being polite”.

8 No original: “John is polite”.

- Constitutivo: papel que relaciona o objeto e as suas partes. Corresponde a elementos como o material, o peso e aos elementos definidos como partes.
- Formal: distingue o objeto dentro de um domínio maior. Corresponde a características como orientação, magnitude, forma, dimensão, cor e posição.
- Télico: compreende a proposta ou a função do objeto. Refere-se à proposta de uma ação realizada por um agente ou à função que determina algumas atividades.
- Agentivo: trata-se de fatores envolvidos na origem ou na criação de um objeto. Compreende elementos como criador e artefato.

Consideraremos, neste trabalho, de modo mais detido, apenas os papéis télico e agentivo por permitirem explicar certos casos de AAs baseadas em eventualidades. Os papéis constitutivo e formal, porém, devem ser considerados na análise de outros casos de AAs, como os que envolvem relações nominais (como a relação parte-todo, nos termos de Kleiber, 2001), o que não é nosso objetivo.

Os papéis *qualia*, acionados em contextos sintático-semântico específicos, sugerem interpretações de acordo com esses contextos (PUSTEJOVSKY, 1996, p. 87). Por exemplo, o item “livro” possui como papel télico o predicado verbal “ler”, acionado no contexto de (14).

(14) Bill gostou do último livro do Steven King.<sup>9</sup> (PUSTEJOVSKY, 1996, p. 88) (ler)

Nesse exemplo, há uma elipse do predicado verbal “ler”, recuperado na interpretação da sentença graças à presença do item “livro”, ou seja, o que Bill gostou foi de “ler” o livro. Observamos que o verbo “gostar” seleciona apenas eventualidades como complemento, ou seja, se um argumento com núcleo nominal está na posição de complemento sintático de gostar, uma eventualidade precisa ser inferida.

Em (15), temos um exemplo de AA baseado na relação entre “livro” e seu papel agentivo, que é “escrever”.

(15) Este livro está em inglês, mas o autor é russo.<sup>10</sup> (KLEIBER, 2001, p. 344)

Nesse exemplo, “livro” é um participante do evento “escrever”, correspondente a seu papel agentivo. Só é possível inferir “autor”, outro participante desse evento, se assumirmos que há um evento estabelecido. A relação entre um evento e seus participantes será tratada na próxima seção.

A AA em (15) é classificada por Kleiber como “funcional”, pois o referente da expressão anafórica desempenha uma função em relação ao referente do antecedente. Essa explicação do autor, porém, não é capaz de demonstrar como essa função desempenhada é inferida, nem qual é o tipo de relação entre anafórico e antecedente. Esse problema é contornado quando consideramos a estrutura *qualia*, pois é por meio do conteúdo correspondente a ela que podemos inferir um evento e, posteriormente, os participantes desse evento.

<sup>9</sup> No original: “Bill enjoyed Steven King’s last book”. (reading)

<sup>10</sup> No original: “Ce livre est en anglais, mais l’auteur est russe”.

## Participantes das eventualidades

A relação entre uma eventualidade e seus participantes já foi considerada para os casos de AAs funcionais. As AAs actanciais, na classificação de Kleiber (2001), compreendem essa relação de modo mais direto, pois correspondem a uma expressão anafórica que recupera um actante de uma eventualidade presente no antecedente. Nessas AAs, esses actantes, definidos na grade argumental dos verbos, são identificados por suas propriedades projetadas pelos verbos, e não por suas posições sintáticas. Portanto, esses tipos de AAs justificam a consideração das propriedades dos actantes relacionadas às eventualidades em vez da posição na sentença determinada por projeções argumentais. Em outros termos, essas AAs requerem que consideremos propriedades dos argumentos que garantem sua relação com predicados verbais fora de uma projeção sintática. Para isso, vemos um argumento como um participante de uma eventualidade, e a identificação do papel que ele desempenha nessa eventualidade é o que garante a relação promovida pelas AAs actanciais. Esse papel corresponde ao papel temático de um argumento.

A noção de papéis temáticos, de acordo com Cançado (2008), foi cunhada por Gruber (1965), Fillmore (2003[1968]) e Jackendoff (1972). A proposta desses autores é explicar relações estabelecidas entre argumentos e seus predicados verbais não capturadas por noções estritamente sintáticas. Conceitos como sujeito e objeto, ou como argumento interno, argumento externo e adjunto, não traduzem a função semântica desses elementos. Por exemplo, a denominação de “sujeito” para “John” e “a chave” nos exemplos (16) e (17) não explicita que esses argumentos exercem funções semânticas diferentes, correspondentes, respectivamente, a “agente” e “instrumento”.

(16) John abriu a porta.<sup>11</sup> (FILLMORE, 2003, p. 47)

(17) A chave abriu a porta.<sup>12</sup> (FILLMORE, 2003, p. 47)

Contudo, algumas configurações sintáticas podem ser associadas aos papéis temáticos. Por exemplo, em uma sentença em que o sujeito é um instrumento, não é possível um sintagma preposicional adjunto formado pela preposição “com”, ao passo que em uma sentença cujo sujeito é agente, esse tipo de adjunto é possível:

(18) \*A chave abriu a porta com o machado.

(19) John abriu a porta com a chave.

A explicação para a agramaticalidade de (18) é que a função de instrumento, ocupada pelo argumento sujeito, impede outro argumento (“o machado”) de ocupar a mesma função. Como esse argumento, por se constituir em um sintagma preposicional nucleado por “com”, desempenha prototipicamente a função de instrumento, mas não pode ocupar tal função, ficando sem papel temático, então a sentença passa a ser agramatical, já que todo argumento DP precisa receber um papel temático (cf. CHOMSKY, 1981).

Ao contrário de considerações estritamente sintáticas, para as quais não é necessário determinar os tipos de papéis temáticos, identificar esses papéis torna-se relevante quando o objetivo é analisar relações semânticas estabelecidas entre predicados verbais

11 No original: “John opened the door”.

12 No original: “The key opened the door”.

e seus argumentos. A nossa motivação direta para identificarmos os papéis temáticos em nossa análise das AAs baseadas em relações eventivas é que a mera identificação do tipo de argumento não é suficiente para a explicitação de relações estabelecidas fora da sentença. Um exemplo de AA actancial de Kleiber (2001) demonstra isso:

(20) Uma velha senhora foi assassinada. **O homicida** não foi encontrado.<sup>13</sup> (KLEIBER, 2001, p. 317)

Em 20, “o homicida” é um participante do evento denotado pelo predicado verbal “matar”. Sua participação nesse evento não é capturada pela identificação de sua posição argumental, mas sim pelo seu papel temático. Exemplos como (20), baseados na relação entre um evento e um participante, podem ser vistos como uma justificativa empírica para a introdução de papéis temáticos, feita por Parsons (1990), em uma semântica de eventos. Em outros termos, conforme Rothstein (2004, p. 4), papéis temáticos denotam funções dos participantes estabelecidas pelos eventos, e são essas funções que garantem associações como a encontrada no exemplo anterior.

Entretanto, identificar os papéis temáticos, tarefa importante para revelar as associações em exemplos como o anterior, é algo problemático. Como diz Dowty (1991, p. 547), “talvez não haja conceito em teoria sintática e semântica moderna que esteja tão frequentemente envolvido em tantos contextos, mas a respeito do qual haja tão pouco consenso sobre sua natureza e sua definição, como o conceito de papéis temáticos”.<sup>14</sup> Essa falta de consenso é atestada pelas diferentes listas de papéis temáticos sugeridas.

No momento, para nossas considerações a respeito dos papéis temáticos, é suficiente a lista geral sugerida por Cançado (2008, p. 111-112), elaborada com base na literatura sobre o assunto: agente (o desencadeador de alguma ação, capaz de agir com controle), causa (o desencadeador de alguma ação, sem controle), instrumento (o meio pelo qual a ação é desencadeada), paciente (a entidade que sofre o efeito de alguma ação, havendo mudança de estado), tema (a entidade deslocada por uma ação), experienciador (ser animado que mudou ou está em determinado estado mental, perceptual ou psicológico), beneficiário (a entidade que é beneficiada pela ação descrita), objetivo – ou objeto estativo – (a entidade à qual se faz referência, sem que esta desencadeie algo ou seja afetada por algo), locativo (o lugar em que algo está situado ou acontece), alvo (a entidade para onde algo se move) e fonte (a entidade de onde algo se move)

Entendemos que, do ponto de vista teórico, não há como definir uma lista precisa de papéis temáticos, mas do ponto de vista metodológico, é possível estabelecer uma relação de papéis temáticos relevantes para uma análise específica. Não é relevante estabelecermos uma lista fixa de papéis temáticos a serem atribuídos aos participantes de uma eventualidade, mas, sim, identificarmos a relação entre um participante e uma eventualidade.

13 No original: “Une vieille dame a été assassinée. Le meurtrier n’a pas été retrouvé”.

14 No original: “There is perhaps no concept in modern syntactic and semantic theory which is so often involved in so wide a range of contexts, but on which there is so little agreement as to its nature and definition, as THEMATIC ROLE”.



## Análise de dados

Com base na discussão a respeito de relações estabelecidas entre eventualidades e suas propriedades e/ou participantes, podemos estabelecer quatro tipos de AAs organizados da seguinte maneira: 1) os que recuperam um primitivo (DO, CAUSE ou BECOME), 2) os que recuperam uma propriedade comum a todas as eventualidades, 3) os que recuperam um participante<sup>15</sup> e 4) os que recuperam um primitivo ou um participante baseando-se na estrutura *qualia*. Os quatro exemplos a seguir, que servem como ponto de partida para a discussão proposta neste trabalho, correspondem, respectivamente, a esses quatro tipos:

- (21) Durante oito meses, eles elaboraram os textos, revisaram o material coletivamente e fizeram novas versões. **A intenção** era produzir uma antologia de relatos e socializá-las com a comunidade escolar. (FERNANDES, Elisângela. Propostas ruins geram desinteresses pela escrita. **Nova Escola**, Fala Mestre, São Paulo, mar. 2011, n. 240, p. 28-29)
- (22) Há um tempo, o Centro Acadêmico resolveu fazer uma Assembleia. **O motivo** era uma votação num departamento sobre “criar um curso novo” ou “manter um curso único, devidamente reformado”. (ORNELAS, Claudio Luciano. Bullying no ensino superior – capítulos de uma novela mexicana. *Boca do Inferno*, Curitiba, ed. 25, p. 12-13, abr./jun. 2011)
- (23) Depois de revolucionar processos industriais, como no setor automotivo, os robôs chegaram às salas de cirurgia. Em um cenário que até há pouco seria definido como futurista, **o cirurgião** instala-se em frente de um console e opera manejando os braços do robô. (Cirurgia robótica vale mesmo a pena? Página Einstein. Disponível em: <<http://www.einstein.br/pagina-einstein/Paginas/cirurgia-robotica-vale-mesmo-a-pena.aspx>>. Acesso em: 25 ago. 2010)
- (24) Eu sonhei que estava numa **pizzaria** pedindo uma pizza meio calabresa, meio extravagância. E **o garçom** ainda me perguntava se a metade extravagância era com cebola ou não. (PRATA, Mario. Extravagância. In: **Cem melhores crônicas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007, p. 21)

Na sequência, por meio da análise de dados, buscamos identificar algumas limitações da proposta desses tipos de AAs.

### AAs que recuperam primitivos

Em (21), “a intenção” recupera uma propriedade presente no antecedente, configurado por três eventualidades: “elaboram os textos”, “revisaram o material” e “fizeram novas versões”. A hipótese é de que o termo “intenção” apareça apenas quando houver a propriedade de “volição” nas eventualidades, o que implica a presença do primitivo DO. Isso prevê que, ao mudar as eventualidades no antecedente para alguma que não tenha esse primitivo, a sequência se torne inaceitável:

- (25) ?Durante oito meses, eles apanharam, sofreram e sentiram muita dor. **A intenção** era aprender com os erros.<sup>16</sup>

---

15 Chamado de *actante* por Kleiber (2001), que faz referência ao fato de ser um argumento verbal, ou de *papel temático*, por Korzen e Buch-Kromann (2011), que fazem referência ao fato de a expressão anafórica ser identificada pela propriedade semântica que a relaciona a um predicado verbal. Escolhemos a denominação *participante*, como Parsons (1990), para fazermos referência à participação do elemento denotado pela expressão anafórica em uma eventualidade e para promovermos uma generalização que consiste em todas as AAs tratadas aqui serem relacionadas a eventualidades.

16 Essa sequência seria aceitável se “apanharam”, “sofreram” e “sentiram” fossem interpretados como “propositais”, deixando, nos termos de Dowty (1979), de ser estados e passando a ser atividades, implicando o primitivo DO. Não nos parece ser a interpretação mais comum.

A única leitura possível de (25) é a que infira algum evento que permita a presença de volição. Porém, caso haja essa leitura, não se trataria mais de uma relação entre itens lexicais nem de um caso de anáfora, pois esse evento seria inferido do contexto. Assim, o primeiro tipo de AAs apresentado no começo do capítulo é justificado. Porém, ainda falta investigarmos a possibilidade de AAs que recuperem os primitivos CAUSE e BECOME.

Alguns dados parecem ser candidatos a recuperarem o primitivo CAUSE. No exemplo a seguir, “a razão”, assim como “o motivo” em (22), aparentemente, recupera essa propriedade:

- (26) Segundo o estudo, a Educação é a que mais eleva o Produto Interno Bruto (PIB) e, junto com a saúde e o Bolsa Família, lidera a diminuição da desigualdade na distribuição de renda [...]. **A razão** é simples: 60% do orçamento vai para o pagamento de professores e funcionários. (SALLA, Fernanda; LIMA, Laize. Gasto em Educação eleva PIB. *Nova Escola*, Em dia, São Paulo, n. 240, p. 32-33, mar. 2011)

Em nenhum dos dois exemplos, porém, a expressão anafórica recupera uma propriedade presente no antecedente. O que essas expressões sugerem é que os eventos presentes no antecedente participam de cadeias causais em que a causa do evento (não o primitivo CAUSE), presente no antecedente, seja expressa na segunda sentença. Se essa “causa”, expressa por termos como “razão” e “motivo”, não é a propriedade associada a um protoagente que causa algo, isto é, não é uma propriedade interna a uma eventualidade, podemos estipular que qualquer eventualidade tenha a propriedade de fazer parte desse tipo de cadeia causal. Vejamos eventualidades diferentes para confirmarmos essa hipótese:

- (27) João corre todos os dias. **O motivo/a razão** é a implicância de sua esposa.  
(28) João ama Maria. **O motivo** é o caráter da moça.  
(29) O vento destruiu a cidade. **O motivo/a razão** é a pressão atmosférica.  
(30) O morro desmoronou. **O motivo/a razão/a causa** foi a forte chuva dos últimos dias.

Essas expressões apenas indicam a vinculação a uma cadeia causal. Não encontramos em nossos dados uma expressão que recuperasse o primitivo CAUSE do antecedente, o que deixa a pergunta em aberto: por que um primitivo como DO pode ser recuperado em uma AA e um primitivo como CAUSE (a princípio) não pode? Poderia ser dito que DO é um primitivo mais saliente que CAUSE, mas isso ainda não explicaria por que um primitivo é mais saliente que o outro. Provavelmente, isso se deve ao fato de que CAUSE nunca aparece sem BECOME, ou seja, talvez BECOME nunca permita CAUSE ser saliente o suficiente para ser recuperado.

A respeito da possibilidade de recuperação do primitivo BECOME em uma AA, encontramos o exemplo a seguir:

- (31) Desde que ela entrou aqui, senti que ganhou confiança para caminhar e até correr. **A mudança** foi visível. (GALVEZ, Camila. Mães pedem vaga em escola especial. *Diário da Grande ABC*. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/News/5959811/maes-pedem-vaga-em-escola-especial.aspx>>. Acesso em: 06 jun. 2012.)

Em (31), supomos que a expressão “a mudança” recupera BECOME do *achievement* “ganhou confiança”. Para verificarmos se essa expressão realmente recupera esse primitivo, consideremos um caso em que não há esse primitivo:

(32) ?João amou Maria. **A mudança** foi visível.

Como pode ser notado, a presença da mesma expressão torna a sequência em (32) inaceitável (em uma leitura, obviamente, em que tal expressão é anafórica associativa, em que a dependência interpretativa não se dê pragmaticamente).

Assim como DO, portanto, BECOME também é saliente o suficiente para ser recuperado em uma AA. A não recuperabilidade de CAUSE<sup>17</sup> ainda precisa ser analisada, o que requer uma investigação que vai além do propósito deste trabalho.

### **AAs que recuperam propriedades comum a todas as eventualidades**

A respeito do segundo tipo de AA considerado por nós, o que recupera uma propriedade comum a todas as eventualidades, já verificamos o caso em que a AA relaciona-se à possibilidade de participar de cadeias causais (exemplos 22 e 26). Do mesmo modo, estar vinculada a tempo e a espaço é uma propriedade de todos os tipos de eventualidades, o que sugere que expressões de tempo e de lugar sejam recuperadas de qualquer eventualidade. Vejamos os seguintes exemplos:

(33) Abriu os olhos. **O lugar** estava escuro. (VIANCO, Andre. *Bento: Herói humano, inimigo vampiro*. São Paulo: Novo Século, 2003)

(34) Com esse espírito, Arouca foi nomeado coordenador-geral da 12ª Conferência Nacional de Saúde. **O momento** era de grande esperança. (FIOCRUZ. Secretaria de Gestão Participativa. Disponível em: <[http://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista03\\_03.html](http://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista03_03.html)>. Acesso em: 01 jan. 2012)

A hipótese de essas expressões destacadas poderem estar presentes em AAs relacionadas a qualquer eventualidade, porém, não se confirma. A expressão anafórica presente em (33) é um exemplo:

(35) João morreu. **O lugar** ficou marcado.

(36) João corre todos os dias. **O lugar** nunca se repete.

(37) ?João ama Maria. **O lugar** sempre fica contagiado.

A não aceitabilidade de (37) se deve ao fato de estados, com exceção daqueles em que um locativo não seja um adjunto, não estarem vinculados a um lugar específico. Se João ama Maria, ele a ama independentemente do lugar. Porém, o exemplo a seguir, em que não há um estado, mas uma atividade, também não é aceitável:

(38) ?João corre muito rápido. **O lugar** nunca se repete.

A hipótese que explica a não aceitabilidade de (38) é que esse exemplo não se trata, na realidade, de uma atividade. “Correr muito rápido” é interpretado como uma propriedade de “João”, ou seja, a eventualidade é interpretada como um estado (algo como “João é muito rápido”). Mesmo que no léxico de “correr” consideremos que atividade esteja marcada, lembremos que a interpretação de uma classe de eventualidade não depende só do verbo, podendo ser resultante também da presença de outros elementos associados a ele, como é o caso do adjunto “muito rápido” em 38. Portanto, a respeito do

17 Caso algum dado venha a demonstrar a possibilidade da recuperação de CAUSE em AAs, ainda seria notável a baixa ocorrência dessa recuperação em relação aos outros dois primitivos.

locativo “o lugar” presente em AAs, concluímos que a única restrição de sua ocorrência é em estados.<sup>18</sup>

No que se refere às expressões temporais, a expressão “o momento” parece sofrer o mesmo tipo de restrição de “o lugar”:

- (39) João morreu. **O momento** foi oportuno.  
(40) João correu muito. **O momento** foi glorioso.  
(41) ?João amou Maria. **O momento** foi adequado.

Assim como a expressão “o lugar”, “o momento” não ocorre como AA vinculada a um estado. Isso demonstra a impossibilidade de verbos de estado implicarem uma unidade de tempo de modo a torná-la saliente, o que pode funcionar como um teste para identificarmos essa classe verbal.

Como vimos, a recuperação de unidades de espaço e de tempo é restringida pelas propriedades das classes de eventualidades. Nesse sentido, mesmo que ocorrer em um espaço e em um tempo seja uma característica comum a todas as eventualidades, a recuperação dessa característica está sujeita ao sentido da expressão anafórica. Embora a vinculação a unidades de tempo e de espaço seja garantida em um nível de representação ontológica (o que não é considerado na análise do fenômeno em questão), a vinculação a tais unidades não é garantida em um nível lexical. Em outros termos, a possibilidade de uma AA relacionada a tais unidades depende da informação lexical que o antecedente permite ser acionada.

### **AAs que recuperam participantes**

Sobre as AAs que recuperam participantes, lembremos que exemplos como 3 já foram tratados por Kleiber (2001) e Korzen e Buch-Kromann (2011). Porém, esses autores não fazem distinção entre os participantes no que se refere à recuperabilidade por AAs. Acabam por considerar um participante com papel temático de instrumento da mesma maneira como consideram um com papel de agente ou tema. No entanto, um participante correspondente a um adjunto de um predicado verbal, posição canônica de instrumento, parece ser menos recuperável do que um agente, por exemplo. Vejamos o seguinte exemplo:

- (42) Suspeito de matar procuradora em MG é encontrado morto em motel

A faca estava perto do corpo pouco tempo depois de a mulher, a procuradora Ana Alice Moreira de Melo, ter sido encontrada morta em casa. (BOM dia Brasil. Suspeito de matar procuradora em MG é encontrado morto em motel. *Bom dia Brasil*, 03 fev. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/02/suspeito-de-matar-procuradora-em-mg-e-encontrado-morto-em-motel.html>>. Acesso em: 14 fev. 2012)

Um evento como o denotado pelo verbo “matar”, que apresenta o primitivo CAUSE, licencia um instrumento como participante. Isso colabora para recuperarmos a noção de instrumento em uma AA, mas não a noção específica do tipo de instrumento. Diferentemente

---

<sup>18</sup> Lembremos que o antecedente de uma AA relacionado a uma eventualidade pode ser o interpretado a partir de uma combinação estrutural (em que o léxico do verbo é relevante, mas não suficiente).

de (23), em que “cirurgião” é um item cujo conteúdo semântico o identifica como agente de “operar” (ou “fazer cirurgia”), dados como (42) apresentam o item “faca”, que não possui a informação de “ser um instrumento de matar”. Explicamos casos como o (42) do seguinte modo: o antecedente licencia um instrumento como participante; logo, uma expressão genérica como “o instrumento” poderia ser recuperada; porém, uma expressão específica é utilizada, e a informação específica, não implicada pelo antecedente, é introduzida por meio de processos discursivos não considerados por nós. Sendo assim, a classificação de casos desse tipo como AAs deve ser posta sob suspeita. Por outro lado, (43) demonstra-se um caso legítimo de AA (ou seja, é garantido por relações semânticas):

- (43) Homem esfaqueia mulher no centro de Rio Claro  
[...] Guardas municipais foram chamados e encontraram a vítima, uma mulher de 48 anos, com ferimentos na face e no abdômen – **a faca** estava jogada a seu lado. (JORNAL da Cidade. Homem esfaqueia mulher no centro de Rio Claro. *Jornal da Cidade*, 01 nov. 2010. Disponível em: <<http://jornalcidade.uol.com.br/rioclaro/seguranca/assassinatos/67920-Homem-esfaqueia-mulher-no-centro-de-Rio-Claro>>. Acesso em: 14 fev. 2012)

Esse exemplo apresenta-se como uma AA em razão de o item “faca” poder ser recuperado de “esfaqueia”. O participante “a faca”, portanto, corresponde a um argumento *default* do predicado verbal presente no antecedente.

#### **AAs que recuperam um primitivo ou um participante baseando-se na estrutura *qualia***

Korzen e Buch-Kromann (2011) apontam que exemplos como 24 acionam a estrutura *qualia* do antecedente. De “pizzaria”, no antecedente, é acionado o papel télico “servir”, do qual “o garçom” é um participante. Consideremos 44, que também aciona o papel télico:

- (44) Na manhã do dia 5, um avião fretado paquistanês caiu pouco depois de decolar do aeroporto de Karachi, no Paquistão [...]. **Os 21 tripulantes**, incluindo os dois pilotos, morreram. (MACHADO, Juliano. Uma semana de desastres. *Época*, O Filtro, São Paulo, 08 nov. 2010, n. 651, p. 92)

Nesse exemplo, novamente o papel télico do antecedente (“um avião”) é acionado. Esse papel corresponde ao predicado verbal “tripular”, isto é, a proposta de “um avião” é “tripular”. Esse predicado verbal denota uma eventualidade de que “os 21 tripulantes” é um participante. O tipo de AA em (44) é o mesmo que Kleiber (2001) considera como funcional.

Se de um antecedente é possível recuperar, por meio da estrutura *qualia*, uma eventualidade, e desta, um participante, então é previsível que o mesmo processo permita recuperar, em vez de um participante, um primitivo. Esse é o caso de (45):

- (45) Aí podem me dizer: mas o livro é sobre o Louis. Sim, é para ser sobre ele. Mas já que **a intenção** era meramente contar a história do personagem, bastava escrever um livro, e poderia até ser narrado em primeira pessoa, sem a pretensão de criar uma entrevista entre dois personagens (que inexistente). (ADORNORULES. *Entrevista Com o Vampiro, Anne Rice*. 1 out. 2011. Disponível em: <<http://adornorules.wordpress.com/2011/10/01/entrevista-com-o-vampiro-anne-rice/>>. Acesso em: 5 fev. 2012)

Nesse exemplo, de “livro” o papel agentivo “escrever” é acionado, do qual é recuperado o primitivo DO, correspondente à expressão anafórica “a intenção”. Assim como nos casos em que é possível recuperar, de uma eventualidade no antecedente, participantes e

primitivos, nos casos em que é acionada da estrutura *qualia* no antecedente uma eventualidade, é possível recuperar, também, participantes e primitivos. Desse modo, traçamos um paralelo entre os dois tipos gerais de AAs que recuperam primitivos e participantes (os que acionam e os que não acionam estrutura *qualia*): o processamento de ambos é, parcialmente, o mesmo, consistindo na recuperação de um elemento a partir de uma eventualidade; o que diferencia os dois tipos é a complexidade adicionada com o acionamento da estrutura *qualia*.

## Conclusão

Os tipos de AAs discutidas neste trabalho podem ser aproximadas em um mesmo processo: uma eventualidade no antecedente (expressa ou acionada por meio da estrutura *qualia*) permite que um elemento (um participante ou um primitivo) implicado por ela seja retomado na expressão anafórica. Essa aproximação promove uma generalização capaz de demonstrar um processo produtivo na configuração do fenômeno analisado, que é a orientação de uma eventualidade para um elemento implicado por ela.

Porém, a discussão realizada, não pretendendo ser definitiva, não responde por que o primitivo CAUSE não pode ser recuperado em uma AA enquanto os outros podem. Além dessa questão, outras podem ser derivadas do que foi exposto: Quais outras propriedades específicas de cada eventualidade restringe a realização de AAs? Quais outros tipos de expressões recuperam propriedades comuns a todas as eventualidade e quais outros tipos recuperam propriedades específicas?

Mesmo que a análise realizada aqui possa deixar diversas questões sem resposta, ela permite uma organização dos dados levando em conta critérios relevantes nem sempre considerados pelos autores citados. Por exemplo, se as AAs são definidas por relações lexicais entre antecedente e anafórico, as considerações a respeito da recuperação de participantes e de primitivos devem levar em conta as informações estruturadas no antecedente, tais como a estrutura argumental e a estrutura *qualia*. Além disso, devem considerar apenas participantes ou primitivos de fato implicados.

## REFERÊNCIAS

CANÇADO, M. *Manual de semântica*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures*. Holland: Foris, 1981.

DAVIDSON, D. *Essays on Actions and Events*. Oxford: OUP, 2001.[1967]

DOWTY, D. R. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, v. 67, n. 3, p. 547-519, 1991.

\_\_\_\_\_. *Word Meaning and Montague Grammar*. Boston: Reidel, 1979.

FILLMORE, C. Case for case In: \_\_\_\_\_. *Form and meaning in language*. Stanford: CSLI, 2003. [1968]. v. 1 (Papers on semantic roles, 1).

GRUBER, J. S. *Studies in Lexical Relations*. 1962. 310 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1965.

JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge: MIT Press, 1972.

KLEIBER, G. *L'anaphore associative*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

KORZEN, I.; BUCH-KROMANN, M.. Anaphoric Relations in the Copenhagen Dependency Treebanks. In: KORZEN, I.; BUCH-KROMANN, M. (Org.) *Proceedings of the Workshop Beyond Semantics: Corpus-based investigations of Pragmatic and Discourse Phenomena*. Göttingen, Alemanha: Bochumer Linguistische Arbeitsberichte, fev. 2011. p. 83-98.

PARSONS, T. *Events in the semantics of English: a study in subatomic semantics*. Cambridge: MIT press, 1990.

PUSTEJOVSKY, J. *The generative lexicon*. Cambridge: The MIT Press, 1996.

ROTHSTEIN, S. *Structuring events: a study in the semantics of lexical aspect*. Oxford: Blackwell, 2004.

VENDLER, Z. Verbs and times In: MANI, I.; PUSTEJOVSKY, J.; GAIZAUSKAS, R. (Ed.). *The language of time*. Oxford: OUP, 2005. [1967]. p. 21-32.